

Jornalismo Científico: Uma breve trajetória das revistas médicas durante a segunda metade dos oitocentos, na Corte imperial

Monique Gonçalves

Este trabalho se aterá à análise das principais revistas médicas que circularam no Rio de Janeiro durante, principalmente, a década de setenta do século XIX. A partir da imprensa científica, em especial a *Revista Médica do Rio de Janeiro* (1873-1879), os *Archivos de Medicina* (1874), e o *Progresso Médico* (1876-1880), analisaremos a dinâmica das relações de poder dentro do próprio corpo médico oficial. Tendo como foco as disputas teóricas e clínicas explicitadas nestas publicações, procuraremos compreender a importância do jornalismo científico dentro do contexto de busca de legitimidade pela medicina alopata.

Estas publicações foram selecionadas dentre as diversas revistas que estão sendo analisadas a fim de compor a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ¹. A década de setenta foi escolhida para esta apresentação por representar um momento de maior expansão de publicações de cunho médico na Corte imperial. Pois, se até este momento o *Annaes Brasilienses de Medicina*, editado pela Academia Imperial de Medicina, era o principal divulgador das teorias médicas oficiais, os anos setenta assistiram a uma guinada da imprensa científica através de iniciativas particulares.

O ano de 1873, em que surgiu a *Revista Médica do Rio de Janeiro*, presenciou a um grave surto de febre amarela. Esta, “depois de permanecer praticamente ausente desde 1862 reapareceu no Rio no verão de 1868”², permanecendo na cidade durante toda a segunda metade dos oitocentos. Durante a década de 70 milhares de vidas foram ceifadas pela febre amarela, recrudescendo as discussões no seio médico quanto às suas causas, profilaxia e tratamentos.

A trajetória desta Revista, assim como das outras supracitadas, não esteve desvinculada, obviamente, de seu momento histórico. Este grande surto, assim como a outra grande epidemia em 76 geraram durante todo os anos 70 intensas discussões na imprensa leiga, e a imprensa científica certamente não ficaria de fora. A febre amarela foi, sem dúvida, o principal assunto discutido nas publicações médicas nesta década, estando presente em praticamente todas as edições destas revistas.

A tônica das discussões, no entanto, variava bastante, tendo como fulcro central os seguintes assuntos: os embates entre infeccionistas, contagionistas e infecto-contagionistas, as divergências quanto à terapêutica a ser aplicada no tratamento aos acometidos, as reivindicações de medidas de combate à doença pelo governo de acordo com as recomendações médicas, e até mesmo a apresentação de teses que aliavam higiene à moral da sociedade. Neste artigo serão analisadas em especial as divergências médicas teóricas que emergiam destes debates.

No entanto, para compreendermos melhor os diferentes posicionamentos tomados pelos médicos e expressos na imprensa científica, apresentaremos concomitantemente as trajetórias destas três publicações³, a fim de compreendermos as opiniões veiculadas em suas páginas.

A Revista Médica apresenta uma singularidade importante, durante a sua existência teve três diferentes linhas editoriais. Desde seu primeiro número, em 10 de junho de 1873, até 25 de maio de 1874, a revista aparece com o título: “*Revista Médica – Redigida por estudantes de medicina*”. Com edições quinzenais, a revista se ocupava na maioria de suas edições, da publicação de artigos que comentavam trabalhos publicados pelos lentes da Faculdade de Medicina, quando não preenchiam suas páginas com a publicação de aulas que eram ministradas na mesma. Como expresso na própria revista, também abriam espaço para a publicação de artigos pelos lentes, que nem sempre se interessavam em utilizar suas páginas.

Enquanto órgão dos alunos de medicina, esta revista apresentava matérias bastante ferozes quanto à falta de medidas de combate à insalubridade pelo governo, o que não foi

uma característica constante deste periódico com a troca de editores no ano seguinte. Quanto às divergências teóricas⁴ presentes no corpo médico, os alunos também se mostravam bastante atentos:

“Os médicos, como sabeis, não militam todos debaixo da mesma bandeira doutrinária. A história da nossa ciência mostra que, sob o ponto de vista teórico a medicina tem quase sempre oferecido a imagem de uma república entregue a muitas facções rivais, que dominam alternativamente sem nunca reinarem em definitivo.”⁵

Estas divergências teóricas também foram postas em evidência em uma interessante discussão incitada na revista quando da análise do livro publicado por Torres Homem⁶, que tratava de questões clínicas sobre a febre amarela. Comentando seu trabalho, os artigos assinados por Ramiro Fortes de Barcellos, publicados sucessivamente nas edições de 25 de dezembro de 1873 e 10 de janeiro de 1874, criticavam as explicações do autor quando este tentou justificar o não aparecimento do flagelo antes de 1850.

Barcellos fez um contraponto com a obra publicada por Pereira Rego, “*Esboço Histórico sobre as epidemias que têm grassado na cidade do Rio de Janeiro*”, a fim de comprovar que aos fatores climáticos somaram-se a outros fatores “para que achasse um campo apropriado ao seu desenvolvimento a moléstia que grassava com tanta intensidade na Bahia e que de lá nos foi com toda verossimilhança importada”⁷.

Suscitando a discussão sobre o contágio ou não da moléstia, critica veementemente Torres Homem que, segundo o autor, declarando-se anti-contagionista, não discute em seu trabalho os “exemplos de contágios apresentados não só por autores estrangeiros, como por distintos médicos brasileiros, entre os quais se conta o Dr. Pereira Rego, o falecido Dr. Feital entre outros”⁸. Continua criticando seu trabalho no que diz respeito à sua explicação miasmática, que retirada de seu livro foi reproduzida pelo autor, do artigo da seguinte forma:

“Demos a palavra ao autor:

... ‘Para mim a febre amarela é uma moléstia *infeciosa*, produzida pela ação de um miasma que procede da decomposição das

matérias orgânicas vegetais e animais; que participa por conseguinte da natureza do miasma que produz as febres paludozas e a do miasma que produz a tifo. Este miasma misto, depois de receber da atmosfera marítima um cunho especial, determina na crase do sangue uma profunda alteração...’⁹

A querela no que diz respeito a contagiosidade ou infecciosidade da febre amarela habitou constantemente a imprensa científica durante a década de 70, sendo uma característica presente desde a primeira epidemia de 1850. Do mesmo modo, nos outros países onde grassavam, tanto a febre amarela quanto o cólera-morbus, levantavam-se divergências quanto às suas origens¹⁰. Ser partidário ou não da contagiosidade implicava, por conseguinte, na defesa de diferentes métodos de profilaxia contra a doença e até mesmo de distintos métodos de tratamento.

Se contagiosa fosse a doença fazia-se a necessidade de implementar as quarentenas aos navios que chegassem aos portos da cidade e conseqüentemente os acometidos deveriam ser mantidos isolados, tornando-se vital o estabelecimento de lazaretos afastados dos centros populacionais. Sendo estas infecciosas, a profilaxia deveria se fixar nas medidas de salubridade, se concentrando na extinção dos focos dos miasmas. Conhecer a natureza das doenças era vital para a implementação de políticas públicas de combate a estas. O desconhecimento de suas origens refletia até certo ponto as dificuldades de implementação de medidas contra o desenvolvimento dos flagelos, situação que se estenderia até o desenvolvimento da microbiologia, pois até este momento poucas respostas definitivas poderiam ser oferecidas pelos médicos¹¹.

Outra publicação gerou uma longa e interessante discussão na Revista Médica, enquanto jornal dos estudantes de medicina, o Relatório do Conselheiro Pereira Rego, referente ao ano de 1873. Neste esboço, o autor afirma ser o sistema de esgotos o principal responsável pelos flagelos que acometeram a cidade, em especial a febre amarela que tinha reinado epidemicamente naquele ano. Os artigos, escritos e assinados pelo Dr. Fazenda, criticavam os ataques feitos pelo Conselheiro à City Improvements, empresa responsável

pelas obras que se realizavam na rede de esgotos e que teriam sido reivindicadas pelos próprios higienistas¹².

Ao contrario do que teria afirmado Pereira Rego, o autor pretendia por meio destes artigos comprovar que tendo o flagelo da febre amarela sido importado, este só se desenvolveu devido a condições próprias da cidade, mas que segundo Fazenda não estariam restritas aos esgotos. Teria contribuído para a epidemia as condições climáticas modificadas, o aumento da população (chegada de pessoas mal aclimatadas), a chegada de voluntários e soldados vindos do norte, abandono completo da limpeza pública pelos “agentes da municipalidade”, os aterros feitos com lixos, o aumento do número de cortiços, e etc¹³.

Até a sua última edição em 25 de maio de 1874, esta revista opta pela defesa de uma visão que privilegiava a idéia de contágio, associada à de infecção. A visão predominante em suas edições se concentrava na idéia de que sendo o flagelo importado pelo contágio este se desenvolveria infecciosamente pela presença de variados fatores internos. Assim, seus editores privilegiavam uma interpretação infecto-contagiosa tanto da febre amarela quanto da cólera-morbus.

A partir de 15 de junho de 1874 a revista passa a ser editada pelo Dr. A. C. de Miranda Azevedo, que aparece na primeira página como “redator-proprietário”. A mudança no seu editorial, que passa a ser denominada *Revista Médica, Jornal de ciencias medicas e cirúrgicas*¹⁴, pode ser percebida logo no seu primeiro número, com um artigo defendendo a não contagiosidade da febre amarela pelo Dr. Antenor Guimarães.

A *Revista Médica* passou a ser uma publicação feita por médicos já renomados da Corte imperial, como os Drs. Juvenato Horta, Moncorvo e C. Alvarenga, e deste modo o conteúdo das matérias também sofreu modificações. Passaram a ser publicados artigos dos mais importantes médicos da cidade, onde estes demonstravam suas considerações por meio de seus estudos, com a apresentação de terapêuticas e observações clínicas acerca das mais diversas doenças.

Não verificamos, a partir deste momento, a presença de matérias que se propusessem a criticar a atitude do governo, nem mesmo artigos que se dedicassem ao embate entre contagionistas e infeccionistas. Até sua última edição, de 15 de janeiro de 1876, as suas páginas foram ocupadas quase que exclusivamente pela publicação de estudos, sem ensejarem nenhuma discussão como as que vimos anteriormente.

A Revista Médica reaparece em 1º de julho do mesmo ano, com a denominação *Revista Médica do Rio de Janeiro – Jornal de Sciencias Medicas, Cirúrgicas e Naturaes*¹⁵. A partir deste momento a revista passa a ser publicada por uma associação de médicos composta pelos Drs.: Antonio Felício dos Santos, Augusto Cezar de Miranda Azevedo, João Baptista Lacerda, José Pereira Guimarães e Julio Rodrigues de Moura. Como podemos perceber, o antigo “redator-proprietário” também faz parte desta associação, o que nos indica para a continuidade dos conteúdos publicados. De fato, os outros editores configuravam entre os principais autores de matérias na antiga revista.

Em 1876, novamente um ano epidêmico, as matérias referentes à febre amarela são a tônica das suas edições. Mesmo tendo ficado ausente durante o grande pico da epidemia, retornando somente em julho (mês em que a doença já se amenizava), a Revista Médica passa a dedicar muitas de suas páginas à publicação de estatísticas mortuárias da cidade, retratando grande preocupação com o número de acometidos.

Na edição de 15 de julho é anunciada a fundação da *Sociedade Médica do Rio de Janeiro*, que havia se realizado no dia 12 do mesmo mês. Objetivando “discutir e estudar as questões científicas que a medicina e a cirurgia agitam e de adapta-las ao Brasil”¹⁶ reuniram-se em torno do Dr. Miranda Azevedo importantes médicos da Corte. A proposta de criação de uma sociedade visava “contribuir para a elevação do nível científico em nosso paiz”¹⁷.

A criação desta parece-nos, obviamente oportuna. Depois de seguidas epidemias de febre amarela ainda se discutia quais seriam as providências a serem adotadas para que ela não voltasse a grassar na cidade periodicamente. Em pouco havia se avançado nos estudos referentes à doença desde o seu primeiro aparecimento, assim como muito pouco tinha sido

feito em termos de higienização da cidade. A febre amarela seria a principal pauta das reuniões realizadas quinzenalmente pela Sociedade e mais uma vez este assunto levantaria calorosas discussões.

A fim de apresentar as diferentes terapêuticas utilizadas pelos médicos no tratamento de amarílicos, tanto da Corte, como da Bahia e de países da Europa, a Revista Médica passou a apresentar trabalhos publicados nos mais diversos jornais científicos do Brasil e do mundo. Tratando-a como uma doença infecciosa, ressaltava constantemente a necessidade de se extinguir os miasmas. Característica editorial que marcou suas publicações até o seu desaparecimento em junho de 1879.

A revista *Archivos de Medicina* (1874), diferentemente da anterior, expressou em sua curta vida uma preocupação mais clara com os embates teóricos em voga no momento. Preocupação também demonstrada pelos estudantes de medicina que editavam a Revista Médica em sua primeira fase e que parece se esvaecer quando da sua publicação, pelos lentes da Faculdade de Medicina. Do mesmo modo, a querela entre infecção e contágio também vem à tona nesta revista, mas desta vez a preocupação é com a definição dos conceitos, o conhecimento específico sobre as doenças ainda é expresso nebulosamente:

“Do exposto vêem-se as diferenças que existem entre a moléstia contagiosa e a infectuosa; a primeira não tem origem conhecida e desde que uma vez apareceu no mundo sempre se transmitiu do homem para o homem; a infectuosa tem origem e causa conhecidas fora do organismo do homem e são intransmissíveis.”¹⁸

O *Progresso Médico*¹⁹, editado pelo Dr. Domingos de Almeida Martins Costa²⁰, privilegiava uma postura mais crítica quanto à atitude do governo no que se referia à salubridade da cidade. Assim como nos sugere o nome da revista, a ciência médica seria um propulsor do progresso do país e essa idéia era, sem dúvida, o cerne de todas as suas matérias. A ciência em favor da prosperidade nacional.

As discussões entre infecção e contágio também eram recorrentes no *Progresso Médico*, onde se privilegiava mais uma vez a postura infecto-contagiosa, ou seja, uma visão

conciliadora das divergências teóricas. Assim como podemos perceber no artigo escrito sobre o trabalho do Dr. J. Remédios Monteiro, partidário desta postura, seus editores primavam pela conciliação:

“É esta doutrina patogênica esposada pelo talentoso colega. Também nos parece mais aceitável do que todas as outras, porque nenhuma das teorias, nem mesmo a teoria do miasma misto, que, como bem diz uma de nossas ilustrações, o Sr. Dr. Julio Rodrigues de Moura, parece singularmente conciliadora.”

O jornalismo científico da segunda metade do século XIX foi bastante influenciado pela erupção de fortes epidemias na Corte imperial. Neste contexto, as revistas médicas ocuparam um lugar privilegiado nas questões que afligiam o corpo médico, se tornando o veículo primordial de difusão de suas posições teóricas. As suas páginas refletem tanto o desconhecimento sobre as doenças, como a febre amarela e o cólera-morbus, como expressam seus esforços para compreendê-las, em busca do progresso da medicina no país.

¹ Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Almir Chaiban El-Kareh, no Mestrado em História Política (na linha de “Política e Sociedade”) do PPGHIS da UERJ.

² Sidney Chalhoub. *Cidade Febril – Cortiços e epidemias na corte imperial*. SP: Companhia das Letras, 1996. Pág. 86.

³ Esta interpretação se baseia na idéia da imprensa como “sujeito histórico fundamental”, ou seja, como um agente construtor e não somente como um “lugar de memória”, presente no artigo escrito por Carla Siqueira: “A construção da memória histórica na imprensa carioca no início da República” in *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

⁴ No que diz respeito às teorias médicas ler: François Delaporte. *Le savoir de la maladie – essai sur le choléra de 1832 à Paris*. Paris: Ed. Puf.. (s/d); Marta de Almeida. “Tempo de laboratórios, mosquitos e seres invisíveis” In: *Artes e ofícios de curar no Brasil – capítulos de história social*. SP: Ed. Unicamp.

⁵ 1-234,01,19. *Revista Médica do Rio de Janeiro*. 10 de junho de 1873.

⁶ Torres Homem. *Lições de clínica sobre a febre amarela, feitas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1873.

⁷ 1-234,01,19. *Revista Médica do Rio de Janeiro*, 25 de dezembro de 1873. BN.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*, 10 de janeiro de 1874. BN.

¹⁰ François Delaporte. *Le savoir de la maladie – essai sur le choléra de 1832 à Paris*. Paris: Ed. Puf.. (s/d);

¹¹ Sobre este assunto ler os trabalhos de Jaime Benchimol e Flavio Coelho Edler.

¹² Sidney Chalhoub. “Febre Amarela”, In: *Cidade Febril – Cortiços e epidemias na corte imperial*. SP: Companhia das Letras, 1996. pág. 87.

¹³ 1-234,01,19. *Revista Médica do Rio de Janeiro*, 25 de abril de 1874. BN.

¹⁴ 1-234,01,19. *Revista Médica do Rio de Janeiro*, 15 de junho de 1874. BN.

¹⁵ 1-234,01,20. *Revista Médica do Rio de Janeiro*, 1º de julho de 1876. BN.

¹⁶ *Ibidem*, 15 de julho de 1876. BN.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ 1-207,02,34. *Archivos de Medicina*, maio de 1874. BN.

¹⁹ 1-143,02,13; 1-143,02,14. *O Progresso Médico*, de 1876 a 1877. BN.

²⁰ Membro titular da Academia Imperial de Medicina, médico da Casa de Saúde de N. S. da Ajuda.